

Curitiba também tem periferia: a comunicação multiterritorial do hip-hop

Curitiba also has outskirts: the multiterritorial communication of hip-hop

Kelly Prudencio

Doutora em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina com estágio de doutorado na Freie Universität Berlin. Professora no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Paraná. Coordena o grupo de pesquisa em Comunicação e Mobilização Política/CNPq

José Geraldo Junior

Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Paraná. Membro do grupo de pesquisa Comunicação e Mobilização Política/CNPq

Resumo

O artigo parte da apresentação de diferentes abordagens do conceito de desterritorialização para discutir as múltiplas experiências territoriais e comunicacionais na contemporaneidade, através de um estudo empírico realizado com atores da cena hip-hop em Curitiba. Argumentamos que a comunicação no ciberespaço, nos territórios informacionais, aliada à ocupação do espaço público, configura uma reação à desterritorialização simbólico-cultural historicamente colocada para o hip-hop e outras manifestações culturais da periferia, num processo de mobilização política.

Palavras-chave: comunicação; multiterritorialidades, hip-hop, mobilização política.

Abstract

The paper presents different approaches to the concept of deterritorialization to discuss the territorial and communicational multiple experiences in contemporary society, through an empirical study with actors from hip-hop scene in Curitiba. We argue that the communication in cyberspace, in informational territories, combined with the occupation of public space, configures a reaction to the symbolic-cultural deterritorialization, historically placed to hip-hop and other cultural expressions of the outskirts, as a political mobilization process.

Keywords: communication, multi-territorialities, hip-hop, political mobilization.

INTRODUÇÃO

Quando o debate sobre novas tecnologias de comunicação se associa às discussões sobre política, logo se apresentam posições que tomam a internet como o espaço da livre expressão e conseqüentemente da revitalização do espaço público. Este artigo propõe um questionamento dessa premissa e pretende refletir sobre a seguinte pergunta: ao se conectarem às redes eletrônicas, os atores do hip-hop curitibano configuram novos territórios?

Procurar-se-á abordar esta questão e os desdobramentos que ela enseja a partir das contribuições do geógrafo Rogério Haesbaert em cruzamento com o pensamento de autores mais comumente presentes no “território” da comunicação que tocam nesta questão para, num segundo momento, refletir sobre os movimentos de desterritorialização e reterritorialização praticados pelos atores do hip-hop em Curitiba.

Esses movimentos serão situados no debate sobre mobilização política na internet, que tem se convertido num importante espaço de contestação, principalmente em momentos de confronto político, quando se evidenciam os conflitos sociais (TARROW, 2009. McADAM; McCARTHY; ZALD, 2008). A discussão passa também pela construção do que se denomina mais adiante, no caso da cena hip-hop curitibana, de territórios informacionais (LEMOS, 2007b).

DESTERRITORIALIZAÇÃO E RETERRITORIALIZAÇÃO

Para Haesbaert (2011), o termo desterritorialização não deve ser acionado para representar a extinção do território, mas para definir um novo tipo de território, múltiplo e descontínuo. No seu entendimento, as redes na contemporaneidade são elementos dos processos de territorialização (e não apenas de desterritorialização) e configuram territórios descontínuos, fragmentados, superpostos, bastante distintos da territorialização predominante na modernidade.

O autor pretende superar uma leitura dicotômica entre territórios e redes “como se fossem duas unidades distintas e mesmo antagônicas, não percebendo nem mesmo que a rede pode ser vista como um elemento constituinte do território” (HAESBAERT, 2011, p. 282). Assim, pensando território e rede de forma articulada, apresenta o conceito de “territórios-rede”, que estariam possibilitando à sociedade uma efetiva experiência multiterritorial.

Virilio (1999) diagnostica que a aceleração dos meios de transporte aéreos e terrestres e a instantaneidade planetária da comunicação protagonizada pelos “modernos meios de telecomunicação” geram uma aceleração da realidade que não cessa de demonstrar a perda do fundamento geográfico dos continentes. A Virilio Haesbaert responde que o dilema deste início de milênio não é o fenômeno da desterritorialização no sentido de desaparecimento do território, mas o da

multiterritorialização, da possibilidade de se experimentar diferentes territórios ao mesmo tempo, reconstruindo constantemente o de origem.

Para ele, decretar uma desterritorialização “absoluta” ou o “fim dos territórios” é um mito pelo fato de que o próprio conceito de sociedade implica sua espacialização. “Sociedade e espaço social são dimensões gêmeas. Não há como definir o indivíduo, o grupo, a comunidade, a sociedade sem ao mesmo tempo inseri-los num determinado contexto geográfico, territorial” (HAESBAERT, 2011, p. 20).

Haesbaert se posiciona também criticamente perante Pierre Lévy no que se refere à utilização deste autor do termo desterritorialização. Contudo, o filósofo, apesar de dizer que quando uma pessoa, uma coletividade, um ato, uma informação se virtualizam, tornam-se não presentes e se desterritorializam, reconhece que os processos de virtualização “não são totalmente independentes do espaço-tempo de referência, uma vez que devem sempre se inserir em suportes físicos e se atualizar aqui ou alhures, agora ou mais tarde” (LÉVY, 2007, p. 21). Na tentativa de conceituar a desterritorialização, Lévy parece sempre se deparar com um movimento de reterritorialização.

Assim como Haesbaert, em um movimento conceitual contrário à ideia da desterritorialização definida pela via do “fim dos territórios”, Guattari e Rolnik expõem que “ao invés de vivê-la com uma dimensão – imprescindível – da criação de territórios, nós a tomamos como uma finalidade em si mesma. E desprovidos de territórios nos fragilizamos até desmanchar” (GUATTARI; ROLNIK, 2011, p. 342).

Parente (2010) destaca ainda que, quando se fala em rede, logo se pensa nas redes do ciberespaço, o que na sua concepção está correto, mas não inteiramente. “O ciberespaço ou o espaço da informação não significa a anulação do espaço, mas apenas a realização tecnológica do espaço topológico” (PARENTE, 2010, p. 109).

O posicionamento de Parente pode ser relacionado às reflexões que Haesbaert faz a partir do pensamento de Deleuze e Guattari (2011). Segundo o geógrafo, os autores de Mil Platôs souberam compreender que os territórios sempre comportam dentro de si vetores de desterritorialização e reterritorialização e que o movimento entre estes dois é concomitante e indissociável.

A desterritorialização é o movimento pelo qual se abandona o território, é a operação da linha de fuga, e a reterritorialização é o movimento de construção de território; no primeiro movimento, os agenciamentos se desterritorializam e, no segundo, eles se reterritorializam com novos agenciamentos maquínicos de corpos e coletivos de enunciação (HAESBAERT, 2011, p. 127).

Para Lemos (2007a) as práticas sociais que emergem com as novas tecnologias da comunicação inserem os indivíduos em uma cultura de conexão

generalizada, possibilitando novas formas de mobilidade social e de apropriação do espaço urbano. No seu entendimento, as tecnologias, em especial as tecnologias móveis, através de dinâmicas de controle e acesso à informação, não fomentam apenas processos de desterritorialização, mas são capazes de promover novas reterritorializações. “O ciberespaço é efetivamente desterritorializante, mas essa dinâmica não existe sem novas reterritorializações” (LEMOS, 2007a, p. 279).

Lemos (2007b) acrescenta à discussão o conceito de “território informacional” para designar um espaço movente, híbrido, formado pela relação entre o espaço eletrônico e o espaço físico. O “território informacional” é acessado por meio das mídias locativas (*locative media*), um conjunto de tecnologias sem fio em rede e processos infocomunicacionais cujo conteúdo vincula-se a um lugar ou objeto específico.

As mídias locativas são utilizadas para agregar conteúdo digital a uma localidade, servindo para funções de monitoramento, vigilância, mapeamento, geoprocessamento (GIS), localização, anotações ou jogos. Dessa forma, os lugares/objetos passam a dialogar com dispositivos informacionais, enviando, coletando e processando dados a partir de uma relação estreita entre informação digital, localização e artefatos digitais móveis (LEMOS, 2007b, p. 1-2).

83

O pesquisador exemplifica esta discussão dizendo que o lugar de acesso sem fio em um parque por redes Wi-Fi é um território informacional, distinto do espaço físico parque e do espaço eletrônico internet. Desse modo, ao acessar a internet via rede Wi-Fi, o indivíduo está em um território informacional vinculado tanto ao território físico do parque como ao espaço das redes telemáticas.

Movimentar-se pela cidade com dispositivos eletrônicos conectados à internet possibilita formas de desterritorialização e, simultaneamente, novas territorializações pelo controle de fluxos informacionais. Lemos, alinhado com o pensamento de Haesbaert, entende que, em vez de um abandono das cidades pelas tecnologias do ciberespaço, o que está ocorrendo são novas práticas de uso do espaço urbano pelo deslocamento com artefatos digitais e processos de localização por redes sem fio.

Neste ponto vale retomar o pensamento de Haesbaert, para quem a “virtualização” das relações no ciberespaço não diminuiu o “peso” da materialidade nos processos sociais nem gerou uma “desterritorialização” da sociedade. O que ocorreu foi que os espaços passaram a condensar em áreas ou redes fisicamente muito mais restritas essa materialidade. Assim, pontos restritos (como uma antena para telefone celular ou um ponto de conexão à internet) adquirem funções estratégicas na organização do espaço social e através deles “pode-se fazer e desfazer conexões, abrir e fechar a circulação de vários fluxos imateriais, especialmente de informações e capitais, além de permitir o desencadeamento de outros inúmeros efeitos de caráter material” (HAESBAERT, 2011, p. 269).

Além de assinalar que muito do que é conceituado como desterritorialização no sentido de fim dos territórios é, na verdade, a intensificação da territorialização no sentido de uma multiterritorialidade na qual, em vez do fim dos territórios, estariam emergindo novas formas de articulação territorial, a discussão de Haesbaert tem uma meta clara: aproximar o conceito aos fenômenos de exclusão social não só política e econômica, mas também simbólica e cultural. É o caso do hip-hop em Curitiba, como se verá mais adiante.

Desterritorialização, se é possível utilizar a concepção de uma forma coerente, nunca “total” ou desvinculada dos processos de (re-) territorialização, deve ser aplicada a fenômenos de efetiva instabilidade ou fragilização territorial, principalmente entre grupos socialmente mais excluídos e/ou profundamente segregados e, como tal, de fato impossibilitados de construir e exercer efetivo controle sobre seus territórios, seja no sentido de dominação político-econômica, seja no sentido de apropriação simbólico-cultural (HAESBAERT, 2011, p. 312).

Tal posicionamento crítico perante o discurso da desterritorialização enseja, no entanto, uma reflexão sobre o que significa territorializar-se hoje, o que, na concepção do autor, tem a ver com criação de mediações espaciais que nos proporcionem efetivo “poder” sobre nossa reprodução como grupos sociais (para alguns, também como indivíduos).

MULTITERRITÓRIOS COMUNICACIONAIS

O espaço urbano e seus territórios, além de comumente servirem como palco para as manifestações do hip-hop, constituem a essência de sua gramática peculiar. Palavras como becos, quebradas, vielas, ruas, periferia, centro, cidade, *city*, metrópole, Zonas Norte, Sul, Leste, Oeste, chão de terra, asfalto e expressões como “mundo das ruas” e “selva de pedra” são frequentemente rimadas pelos MCs. Em diversas imagens grafitadas na pele da cidade observa-se a representação de ruas, automóveis, prédios, antenas. Já o *breaking* é uma vertente da chamada “dança de rua”.

Em Curitiba não é diferente. A cidade, além de ser o palco para as manifestações do hip-hop, as quais, de forma geral, acontecem sem qualquer apoio do poder público, é fonte de inspiração poética e de posicionamento político, como se pode verificar na música “Do outro lado da Boca Maldita”, do grupo de rap Mentkpta: “O que aconteceu? / A metrópole cresceu / Por metro cúbico / Passeio Público / Você se esqueceu!” (do disco *Acadametrofobia*, 2012).

Segundo Zeni (2004), o hip-hop se constitui de quatro elementos: o *breaking* (a dança de passos robóticos, quebrados e, quando realizada em equipe, sincronizados), o grafite (a pintura, normalmente feita com spray, aplicada nos muros da cidade), o DJ (o disc-jóquei) e o rapper (ou MC, mestre de cerimônias, aquele que canta ou declama as letras sobre as bases

eletrônicas criadas e executadas ao vivo pelo DJ). “A junção dos dois últimos elementos resulta na parte musical do hip-hop: o rap (abreviação de *rhythm and poetry*, ritmo e poesia, em inglês” - ZENI, 2004, p. 230. Em Curitiba, detecta-se a presença dos quatro elementos descritos por Zeni (2004) sendo articulados em diversos momentos e espaços. Todavia, cabe ressaltar que, pelo menos no caso curitibano, o movimento hip-hop não é unificado, mas descentralizado, segmentado e reticulado.

No *Jornal Hip-Hop Sul* (CELINO, 2004) Jucelino Ubirajara Domingues, o b-boy Celino, explica que as pessoas que fizeram parte do movimento hip-hop em Curitiba de 1984 a 1995 são consideradas da “Velha Escola”. “Na Velha Escola o hip-hop era visto como um movimento de negros que lutavam pela transformação cultural, social e política em benefício da juventude.” Em 1995, surge a “Nova Escola”. Sobre ela Jucelino escreveu: “As informações sobre o hip-hop até então eram escassas e a identificação das comunidades com esta cultura suburbana era difícil e pouco aceita. Este quadro veio a se modificar somente a partir de 1995.” No presente é possível falar ainda de uma “novíssima geração”, composta por jovens MCs, DJs, dançarinos de *breaking* e grafiteiros que seguem os passos daqueles atores das gerações anteriores que não deixaram de atuar, como o grupo de rap Arquivo Negro, em atividade desde 1997.

Além da forte relação com a cidade, observa-se hoje uma intensificação da movimentação do hip-hop curitibano em territórios ciberespaciais (sites, blogs, web rádios, web TVs) e, principalmente, em comunidades nas mídias sociais, constantemente atualizados pelos MCs, DJs, beatmakers, escritores de grafite e dançarinos de *breaking*. Esta movimentação do hip-hop é um sintoma de desterritorialização?

Se desterritorialização for pensada no sentido proposto por Virilio, a resposta é não; contudo, se o termo for tomado no sentido de exclusão social proposto por Haesbaert, existem indícios de que a resposta seja sim, especialmente na dimensão simbólico-cultural contida na conceituação do geógrafo.

A popularização crescente da internet contribui para que ocorra uma desterritorialização (compreendida aqui no sentido que Haesbaert apreende de Deleuze e Guattari) do espaço público e uma reterritorialização do hip-hop no ciberespaço, favorecendo, inclusive, novos processos de reterritorialização no território urbano, produzindo um tipo possível de território-rede. Todavia, a dimensão tecnológica desta movimentação, supõe-se, é apenas um desdobramento de uma desterritorialização do hip-hop produzida não por seus atores, mas pela insuficiência de políticas públicas voltadas para o fomento deste segmento cultural no espaço público. Dados concretos tendem a confirmar essa hipótese.

Em entrevista concedida ao jornal *Gazeta do Povo*, o presidente da Fundação Cultural de Curitiba, Marcos Cordioli, disse que existe muita

cultura “invisível” nos bairros de Curitiba: “Tenho dois exemplos: o movimento hip-hop, que é impressionante e precisa ser apoiado por ações culturais, e a cena do heavy metal. A FCC nunca teve bom diálogo com estes segmentos no sentido de dar apoio e visibilidade a eles” (MOSER, 2013).

Em 2012, o Movimento Curitiba + Hip-Hop, formado por MCs, DJs, escritores de grafite, b-boys e produtores culturais, fez circular na internet e em diversos pontos do circuito hip-hop um abaixo-assinado destinado à Prefeitura Municipal e à Fundação Cultural. No documento, que obteve cerca de dez mil assinaturas, são apontadas questões como: falta de apoio cultural às manifestações do hip-hop, falta de espaços públicos destinados às suas expressões, ausência de pessoas qualificadas para coordenar ações públicas que envolvam o movimento, além de inexistência de editais específicos para este segmento cultural.

Ambos os posicionamentos são ilustrativos de uma desterritorialização do hip-hop curitibano no sentido de uma exclusão social simbólico-cultural com desdobramentos econômicos e políticos. Mas como o hip-hop sobreviveu esses anos todos diante desses processos de exclusão da dimensão cultural da cidade?

A resposta tem, pelo menos, três explicações. Primeiro: resistindo através da organização de grupos, coletivos e eventos independentemente de apoio do poder público – em alguns casos, com apoio limitado e, invariavelmente, temporário; segundo: com a popularização da internet, produzindo uma desterritorialização em direção ao ciberespaço; terceiro: de posse de mídias locativas e conectados a redes Wi-Fi, comunicando-se e produzindo informação a partir dos “territórios informacionais”.

Essas três “estratégias” configuram um processo de construção de um confronto político na medida em que evidenciam o conflito entre os atores do hip-hop e um setor público indiferente às manifestações culturais àqueles atribuídas. Para Tarrow (2009, p. 18), o que desencadeia o confronto é um arranjo contingente de oportunidades e restrições políticas, que informam os atores sociais em disputa sobre como utilizar repertórios de confronto disponíveis para então ampliá-los e criar inovações pontuais.

No espaço urbano, observa-se essa inovação na organização sistemática de eventos em que, dependendo do caso, cada um dos elementos do hip-hop aparece de forma mais ou menos articulada. Esses eventos contêm o que Tarrow chama de “repertório de confronto”.

No *breaking*, mantendo uma tradição que se iniciou em 1983, b-boys e b-girls reúnem-se para dançar em frente ao Shopping Itália, espaço que é considerado o marco zero do hip-hop paranaense. Grafites são vistos nos quatro cantos da cidade. Organizados em crews, muitos escritores de grafite

costumam, nos finais de semana, reunir-se em diversos pontos da capital e da região metropolitana para grafitar.

No plano do ritmo e da poesia, os MCs encontram-se mensalmente na área externa do Museu Oscar Niemeyer para a Batalha da Cultura e semanalmente nos fundos do Museu de Arte Moderna para a Batalha do Muma. Além disso, é comum rappers, DJs e beatmakers organizarem, com recursos próprios, eventos de pequeno porte ao ar livre em suas “quebradas”.

Reunindo os quatro elementos da cultura hip-hop e abrindo espaço para skate, BMX e streetball (basquete de rua), são promovidos o *Breaking The Park*, que acontece mensalmente na Praça 29 de Março, e a Caravana: Cultura da Periferia ao Centro, realizada aos domingos em diferentes bairros da cidade. No final de cada ano, o Prêmio Hip-Hop Paraná, criado por entusiastas do hip-hop de Curitiba, reconhece e premia os destaques da cena.

Além destas intervenções públicas, que acabam por criar um repertório baseado no enfrentamento da invisibilidade, registra-se um número considerável de eventos privados que ocorrem em clubes e danceterias localizados na região central e em seus arredores. Nestes casos, o elemento de destaque é o rap, e o formato do evento se aproxima ao das baladas, começando no final da noite e atravessando a madrugada

No ciberespaço, reterritorializam suas próprias carreiras em sites, blogs e mídias sociais nas quais sistematizam e distribuem suas produções audiovisuais, simbólicas e discursivas. Entre os grupos de rap, verifica-se a prática de converter ações públicas, produções sonoras e imagéticas em informações que circulam na internet, para conquistar e ampliar públicos e territórios. Assim, um grupo que durante uma apresentação ao vivo comercializa um CD gravado de forma independente, também disponibiliza o álbum em plataformas como Soundcloud e Bandcamp, obtendo, em alguns casos, milhares de acessos e downloads.

Por meio de ações desta natureza, mobilizam um repertório que identifica o movimento hip-hop na cidade e atraem a atenção de outros artistas e de públicos de outras cidades, estados e países – e, por incrível que pareça, da própria cidade, cujo contato é justamente possibilitado pelas interações no ciberespaço.

Em termos metafóricos: a porta estreita do espaço público local conduziu-os a outras portas que se abrem a amplas trocas até então insuspeitas, ação esta que, além de reconfigurar o cenário do hip-hop local para além dos limites do espaço urbano, está influenciando uma nova geração de jovens que vê na cultura hip-hop um meio para expressar suas experiências existenciais e subjetivas.

De acordo com um levantamento realizado em Curitiba pela Central Periférica, projeto desenvolvido por alunos de graduação e mestrado em Comunicação da Universidade Federal do Paraná com o objetivo de mapear e

integrar em plataformas eletrônicas a produção cultural da periferia de Curitiba, existem 250 MCs, sem mencionar dezenas de DJs, beatmakers, b-boys, escritores de grafite e produtores culturais. O levantamento foi possível através da presença em shows, observação de cartazes nas ruas, realização de entrevistas e acompanhamento das movimentações dos atores do hip-hop curitibano na internet, espaço em que diversos jovens se identificam como pertencentes a este “mundo artístico” (BECKER, 1977) e postam sons, vídeos e fotografias que significam a existência de uma carreira ou o desejo de uma.

Muitos rappers, DJs e beatmakers assumem-se também como produtores musicais que, ao criar pequenos selos e gravadoras independentes, encontram uma forma de geração de renda e sobrevivência, como rima o Mentkpta na música “Do outro lado da Boca Maldita”): “Crescem selos / seus artistas / movimentam os ativistas / isso aqui que tudo cresce proporciona novas vistas” (do disco *Acadametrofobia*, 2012).

Além da ocupação de múltiplos territórios no espaço urbano e no ciberespaço, pode-se, por fim, mencionar a articulação nos “territórios informacionais”. De posse de smartphones, tablets e laptops e conectados a redes sem fio, alguns atores do hip-hop comunicam-se entre si e produzem informações enquanto se movimentam pela cidade.

Conforme se viu até aqui, o movimento hip-hop curitibano, embora sofra um processo de desterritorialização simbólico-cultural, resiste, construindo um território-rede por meio da articulação de territórios distintos e não contínuos. Neste processo, a comunicação por intermédio das não tão novas tecnologias de informação e comunicação tem se revelado um eficiente mecanismo de mobilização política. Um single, mixtape ou álbum de sucesso na internet pode significar prestígio e convite para shows e reportagens na imprensa local, render comentários e vídeos com milhares de acessos no YouTube.

É seguindo este raciocínio que se entende que a comunicação dos atores do hip-hop curitibano é “multiterritorial”, ocorrendo simultaneamente no território urbano, no ciberespaço, nos “territórios informacionais” (LEMOS, 2007b) e nas múltiplas combinações entre esses territórios.

Ao conectar territórios diversificados, a comunicação os coloca em rede e exerce papel decisivo no fenômeno da multiterritorialização. A internet, em muitos casos, é o único meio de comunicação de eventos que acontecerão no espaço público. Em blogs, sites e mídias sociais são postados de cartazes e flyers virtuais até mapas com indicações sobre o local do evento. Após estes eventos, ou mesmo durante, por meio de dispositivos móveis, fotos, imagens e textos são postados na internet. Ainda no ciberespaço encontram-se vídeos amadores de b-boys realizando seus movimentos no Shopping Itália, fotografias e vídeos de grafite, videoclipes semiprofissionais captados nas ruas, comentários e relatos sobre eventos de rap. Tais processos comunicativos, ao

acontecerem em múltiplos espaços que se intersectam, engendram uma comunicação multiterritorial.

Como se vê, o movimento em direção aos territórios do ciberespaço não está relacionado a um processo de desterritorialização ou de desaparecimento da cena hip-hop local. Pelo contrário, está articulado com os territórios de origem destes atores, bem como com outros territórios no ciberespaço e fora dele na própria cidade, mas também em outros municípios, estados e países, operando na lógica dos “territórios-rede, espacialmente descontínuos, mas intensamente conectados e articulados entre si” (HAESBAERT, 2011, p. 79).

Se há uma desterritorialização, ela pode ser vinculada à criação de novas territorialidades, as quais, no caso do hip-hop curitibano, estão permitindo aos seus atores processos de reterritorialização no ciberespaço e, principalmente, no espaço público, no qual historicamente o hip-hop sofre um processo de desterritorialização, como a exclusão social no plano simbólico-cultural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O movimento hip-hop curitibano passa por dois processos de desterritorialização, os quais, todavia, não estão associados a processos de desaparecimento dos territórios ou à perda da importância destes, mas a novas territorializações.

A primeira desterritorialização, dos órgãos governamentais responsáveis pela gestão cultural da capital paranaense ao privar o hip-hop de editais específicos de fomento e espaços adequados para seu desenvolvimento e expressão, lança-o para fora do espaço público, para uma zona de invisibilidade social e cultural, o que cria restrição e gera confronto.

Reagindo a esta desterritorialização simbólico-cultural, os atores do hip-hop se reterritorializam através da organização de eventos em espaços públicos e privados, formação de coletivos, posses, organizações não governamentais, e estruturação de estúdios caseiros e selos para gravação e distribuição de suas produções. Assim, a restrição se converte em oportunidade para a mobilização política.

“Se os sistemas políticos institucionalizados moldam as perspectivas para a ação coletiva” (McADAM; McCARTHY; ZALD, 2008, p. 3), as estruturas de mobilização são meios coletivos, formais e informais, através dos quais as pessoas se mobilizam e se engajam em ações coletivas. Dessa forma, o conceito enuncia a interação entre atores políticos oriundos de organizações políticas institucionalizadas (Estado, governo, partidos) e as formas de ação política dos demais grupos sociais, no caso, os atores ligados ao hip-hop em Curitiba.

A segunda desterritorialização é exercida pelos próprios atores de hip-hop, que produzem “des-re-territorializações” em direção ao ciberespaço, no qual ampliam seus públicos, repercutindo seus trabalhos para além dos limites com que se deparam no espaço público. Ou seja, diante da restrição da

invisibilidade imposta, os atores encontram na internet uma oportunidade de comunicar-se com seus públicos.

Esses dois aspectos da reterritorialização configuram um processo de mobilização política, na medida em que confere aos atores do hip-hop curitibano momentos de encontro, identificação, os quais funcionam como oportunidades para “ocupar” um território que lhes é restringido. Ao invés da anulação do território urbano que culminaria no fim do próprio hip-hop que é essencialmente urbano, ele é costurado pelo fio da comunicação a múltiplos territórios produzindo um território-rede cuja forma é alterada pelas ações dos atores do hip-hop no espaço urbano e no ciberespaço.

Embora este panorama dê a noção de uma cena efervescente e que se articula independentemente de um apoio efetivo do poder público, é perceptível a formação de um hiato entre uma grande produção simbólica que é lançada diariamente no ciberespaço, principalmente pelos rappers e beatmakers, e o que se encontra efetivamente nas ruas, fenômeno que pode estar associado justamente às escassas oportunidades e possibilidades existentes no espaço público, cujo fomento depende também da criação de políticas públicas dedicadas ao hip-hop e, principalmente, à sua publicização.

Apesar das diversas iniciativas articuladas pelos próprios atores do hip-hop, as quais os permitem mobilizarem-se contra a desterritorialização simbólico-cultural que o movimento sofre, elas parecem ser insuficientes para dar vazão no espaço público a toda potência criativa observada no ciberespaço.

Nem todos os atores do movimento estão conseguindo transitar com desenvoltura por estas múltiplas territorialidades. Aqueles que não estão organizados em crews, coletivos e selos, que não se inserem em um circuito comercial ou que desconhecem os meandros burocráticos para concorrer a um edital público, tendem a encontrar dificuldades de expressão face à desterritorialização simbólico-cultural que o movimento sofre como um todo na cidade.

Apesar disso, além de cantarem com ritmo e poesia suas realidades, hoje muitos grupos de rap podem mostrá-las, como fez o grupo J.A.C, oriundo do Bairro Cidade Industrial de Curitiba (CIC), ao postar no Youtube um “fotoclipse” para a música “CIC”, revelando esteticamente para o Brasil e para o mundo um problema político que o discurso oficial tende a ocultar, isto é, que em “Curitiba também tem periferia”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BECKER, Howard S. Mundos artísticos e tipos sociais. In: VELHO, Gilberto. *Arte e sociedade: ensaios de sociologia da arte*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.

CELINO. Opinião. *Jornal Hip-Hop Sul*, ano 1, n. 1, ago. 2004.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. São Paulo: Editora 34, 2011. v. 1.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes, 2011.

HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

LEMOS, André. Ciberespaço e Tecnologias Móveis: processos de Territorialização e Desterritorialização na Cibercultura. In: MÉDOLA, Ana Silvia; ARAÚJO, Denise; BRUNO, Fernanda (Orgs.). *Imagem, Visibilidade e Cultura Midiática*. Porto Alegre: Sulina, 2007a. p. 277-293.

_____. Mídia locativa e territórios informacionais. In: XVI ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO, 16, 2007b, Curitiba. *Anais eletrônicos...* Curitiba: UTP. Disponível em: <http://www.compos.org.br/data/biblioteca_168.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2013.

LÉVY, Pierre. *O que é o virtual?* São Paulo: Editora 34, 2007.

McADAM, D.; McCARTHY, J.; ZALD, M. (Eds). *Comparative perspectives on social movements: political opportunities, mobilizing structures and cultural framings*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

MOSER, Sandro. Novo presidente da Fundação pede um pacto pela cultura local. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 10 jan. 2013. Caderno G.

PARENTE, André. Enredando o pensamento: redes de transformação e subjetividade. In: _____ (Org.) . *Tramas da rede: novas dimensões filosóficas, estéticas e políticas da comunicação*. Porto Alegre: Sulina, 2010.

TARROW, S. *O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político*. Petrópolis: Vozes, 2009.

VIRILIO, Paul. *A Bomba Informática*. São Paulo: Estação da Liberdade, 1999.

ZENI, Bruno. O negro drama do rap: entre a lei do cão e a lei da selva. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 18, n. 50, abr. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142004000100020>. Acesso em: 29 jun. 2012.